



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CONSELHO ESTADUAL DE SAÚDE

ATA DA 8ª PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CES/RS

1 No décimo primeiro dia do mês de junho de 2015, às 14h, no Auditório do Conselho, na Avenida
2 Borges de Medeiros, 1501/20º andar, reuniu-se o Plenário do CES/RS, com os seguintes pontos de
3 pauta: **1º) Atas (Plen. Ord. 7ª de 21-05-15) e Expedientes; 2º) Acordo de Resultados e Linhas**
4 **do PPA; - SES/RS 3º) 7ª Conferência Estadual de Saúde do RS; 4º) Assuntos Gerais.**
5 **Titulares:** Mário Reis, José Hélio, Odil Gomes, Zilá Cohen, Sandra Leon, Juliano Wingert, Ana
6 Valls, Claudio Augustin, Viviane Menezes, Leila Ghizzoni, Ana Albernaz, Eni Bahia, Denise Braga,
7 Carolina Gyenes, Eder Pereira, João de Deus, Alexandra Ximendes, Ivete Dornelles, Adão
8 Znandrea, Sonia Pinheiro, **Suplentes:** Denise da Silva, Sandra Schimitt, Rafaeli Silva, Carlos
9 Martins, Maria Soeiro, Jaime Dias, Paula Fortunati. Ana Valls abre a plenária informando que a ata
10 da última plenária não foi feita a tempo, portanto irão aprová-la na próxima plenária. Ela informa
11 em expedientes, que o conselho recebeu três convites da comissão de saúde e meio ambiente, um
12 para a audiência pública dos 25 anos da regulamentação do SUS, no dia 24 de junho as 9 e meia no
13 Plenarinho no terceiro andar, ela diz que é um debate que seria interessante que todos participassem,
14 outro convite é para uma audiência para discutir a Dengue no RS, na Câmara de vereadores de
15 Taboão no dia 19 de junho, as 14 e meia, e o último convite é para uma audiência pública para tratar
16 da farmácia especial do RS, no dia 16 de junho no Plenarinho, as 18 horas e 15 minutos, ela diz que
17 é um tema extremamente importante. Claudio diz que está confirmado a prestação de contas no dia
18 17 de junho, as nove e meia no Plenarinho na comissão de saúde. Ana Valls diz que chegou um
19 convite sem recursos, sobre a realização do simpósio nacional de saúde com o tema "saúde direito
20 de todos, dever do Estado", na câmara dos deputados em Brasília, nos dias 17 e 18 de junho. Ela diz
21 que o conselho recebeu do ministério da saúde, um guia alimentar para a população brasileira, que
22 pode ser acessado no site do ministério da saúde. Ela comunica a plenária de que estava marcado
23 para o dia 18 de junho, uma plenária extraordinária, para discutir a política Estadual de saúde
24 mental, ela diz que receberam um retorno do Luiz Coronel de que não seria possível realizar a
25 plenária nesse dia, ela diz que já estão procurando uma data próxima para a realização dessa
26 plenária. Ela diz que receberam um convite do centro de referencia e redução de danos da escola de
27 saúde pública, para três situações, ela diz que uma já aconteceu, que foi o grupo de estudos e
28 redução de danos, ela diz que dia 18 de junho terá uma oficina escola de apoiadores, e dia 19 um
29 colegiado de redes de educação e saúde coletiva, ela diz que essas informações e expedientes serão
30 repassados para os conselheiros via e-mail. Ana passa para o próximo ponto de pauta que é a
31 apresentação do acordo de resultados e linhas do PPA, ela pede para Aglaé ir apresentando enquanto
32 o secretário de saúde não chega. Aglaé diz que vai apresentar primeiro o acordo de resultados, no
33 segundo momento apresentará as linhas gerais, que mostram como estão construindo o plano
34 plurianual para 2016, e que o conselho irá ajudá-los, trabalhando nesse processo de construção. Ela
35 apresenta o acordo de resultados, mostrando que o principal eixo desse trabalho é a atenção básica,
36 que são os principais compromissos que eles assumiram publicamente, como contribuir para
37 planejamentos de ações conjuntas com as outras áreas técnicas da atenção básica, monitorar e
38 avaliar a abrangência do atendimento das crianças do programa primeira infância, e outros
39 compromissos semelhantes. Ela apresenta o outro eixo que são os leitos hospitalares, ela diz que
40 esse programa, cria leitos hospitalares de media e alta complexidade, mas sua principal prioridade é
41 ampliar estruturas onde elas já existem, ela diz que eles tem um prazo até dezembro para entregar
42 um monitoramento e planejamento de convênios. Ela diz que esses dois projetos tem indicadores

43 que vão permitir que todos possam acompanhar como eles estão acontecendo, ela apresenta os
44 indicadores, um deles é proporções de internações por condições sensíveis a atenção básica, que
45 tem objetivo de reduzir internações desnecessárias, outro indicador é razão de procedimentos
46 ambulatoriais de media complexidade para população residente, que é uma preocupação de todo o
47 SUS, que é aumentar o número de procedimento de ambulatoriais, ela apresenta outras diretrizes
48 com objetivos diferentes e "ambiciosos", porém focados no mesmo objetivo. Aglaé após a
49 apresentação, convida o secretário para fazer alguma consideração sobre o acordo de resultados. O
50 secretário diz que colocarão recursos novos na atenção básica sem nenhuma dúvida, ele diz que a
51 lógica sobre esse projeto dos leitos hospitalares, é de oferecer aos municípios que dispõem hospitais
52 e leitos de pequeno porte, de readequarem as suas unidades, para unidades que possam fazer
53 atendimento ambulatorial, ou atendimento de pacientes internados, ele diz que o importante não é o
54 tamanho do hospital mas sim a sua segurança. Ele diz que a meta é melhorar o acesso da população,
55 melhorando e qualificando a atenção básica. Claudio diz que tem acordo em boa parte das questões
56 colocadas, ele diz que ano passado, ao aprovar o plano estadual de saúde, estabeleceram para que
57 fosse organizado um grupo de trabalho para discutirem como deve ser feito um plano de saúde, ele
58 diz que seria importante retomar com urgência esse grupo de trabalho para discutir sobre os
59 assuntos apresentados. Ele diz que não viu na apresentação algo que incentivasse financeiramente
60 os municípios na sua estrutura de atenção básica, através de servidores concursados pelo regime
61 estatutário. Ele diz que na questão hospitalar, eles tem que discutir qual é a estrutura hospitalar que
62 deve ter no Estado, ele diz que devem ter referências regionais, e que muito dinheiro que deveria ir
63 para a atenção básica, acaba indo para hospitais que não tem função hospitalar. José Hélio diz que
64 quando foi montada a cooperação da estruturação dos serviços especializados, uma das bases era ter
65 a segurança dos serviços especializados, ele diz que todos sabem que não tem dinheiro para ficar
66 reestruturando esse serviço, ele diz que não está vendo nada como determinante para essa situação,
67 que é o primeiro lugar em todos os níveis referentes ao HIV. Rafaeli diz que o principal papel do
68 Estado em relação e a gestão pública da saúde do RS, é ajudar na organização da saúde. Ele diz que
69 não vê organização nos trabalhos das coordenadorias de ajudar a atenção básica, ele diz que a sua
70 preocupação é de que o novo PPA que vai ser apresentado e construído não se torne só um
71 protocolo. Ele recomenda que a gestão estadual desse um tempo, para eles possam inserir suas
72 propostas nesse processo de PPA até o final do ano. Ele pede ao secretário para que a sua principal
73 função seja de ajudar organizar o planejamento do Estado de uma forma regionalizada. Aglaé
74 apresenta como será o PPA, que se inicia em 2016 e vai até 2019. Ela faz a apresentação mostrando
75 os principais objetivos do PPA, como ele está sendo construído, e os conteúdos que ele apresenta.
76 Claudio diz que podem fazer uma discussão mais organizativa e ampla sobre o assunto, e que mais
77 tarde podem pensar em efetivar, ele diz que entendem que há um descompasso entre as
78 conferências, os PPA e os Planos de Saúde, e diz que a última conferência tem que estar dentro do
79 PPA e do Plano de Saúde. Ele sugere pegar as reuniões que já tinham sido feitas pelos pequenos
80 grupos, discutir e aprofundar esses temas, e depois levar essa discussão mais ampla e preparatória
81 para o espaço da plenária. Aglaé diz que entende que é necessária a participação das reuniões que
82 tiveram no ano passado e que parece que foram abandonada pelo conselho. Claudio diz que com a
83 mudança do governo, e que ele não sabiam quem iria para secretaria, ele interromperam esses
84 grupos, mas não foi abandonado. O Secretário diz que para o PPA não vão poder aguardar pela
85 conferência para incluí-la nele, portanto usarão a conferência anterior, e que no Plano Estadual de
86 Saúde possa ser contemplado o que tenha sido definido na atual conferência. Claudio diz que acha
87 que isso já é um avanço, e uma forma concreta de começar a transformar a saúde pública em uma
88 política de Estado e não de governo. Ele deixa aberto os questionamentos para a plenária e pede
89 para todos serem bem objetivos em suas falas. Rafaeli diz que o PPA é só uma parte de uma gestão
90 como um todo, e que nada impede de os conselheiros de também conhecerem esse PPA como um
91 todo, sabendo sobre seus ajustes, sobre as prioridades gerais e semelhantes geralmente eles
92 não ficam sabendo. Ele pede ao secretário para ela mandar um recado para o governador, de que a
93 sociedade quer conhecer o plano do Estado e não do governo, e é um direito que o povo gaúcho
94 tem. O secretário diz que não concorda com o Rafaeli, segundo ele isso extrapola as atenções do

95 conselho, ele diz que o conselho tem todo o direito de exigir e avaliar o orçamento da Secretária de
96 Saúde, mas não acha que seja papel do conselho, avaliar o PPA do governo do Estado, somente cabe
97 ao conselho avaliar a área correspondente a saúde, e a aplicação dos 12% da saúde. Alexandra
98 reforça a fala do Claudio, de que embora não tenham tempo de incluir a atual conferência no PPA,
99 e que podem incluir as antigas conferências, ela diz que precisam além da conferência geral, olhar
100 para as outras conferências temáticas. Ela diz que tem alguns indicadores que falam da media
101 complexidade, ela diz que não entende como eles associam isso ao investimento a atenção básica.
102 Ela solicita que o detalhamento do PPA venha com bastante antecedência, para que as comissões
103 possam trabalhar em cima delas. O secretário diz que acha importante o que a Alexandra falou, e
104 diz que infelizmente eles tem limitações para isso, e que não dá para enviar mais recursos para a
105 atenção básica, pois compromissos com hospitais já estão formados. João de Deus diz que não
106 podem apagar o fogo nos hospitais, e que tem que ter uma prevenção dentro do PPA. Ele diz ao
107 secretário que no primeiro momento confia nesse novo governo, e diz que não podem ter
108 desconfiança e sim esperar a ação desse governo, e espera que a população tenha prevenção. Éder
109 diz que na questão do PPA, que lhes preocupa muito a parte do financiamento, e diz que já sofreram
110 dois grandes golpes que resultaram em muita perda de dinheiro. Ele diz que deveriam junto com a
111 Secretaria, discutir nesse PPA, quais ferramentas poderiam usar para buscar dinheiro no governo
112 federal, e qual é a melhor forma de ser aplicada. O Secretário diz que nunca concordaram com essa
113 transferência de dinheiro passada para os hospitais, eles diz que apesar de todas as discordâncias,
114 todos concordam de que não melhorarão a saúde, se continuarem pensando em organizar o SUS
115 através dos serviços dos hospitais, ele diz enquanto não enfrentarem de frente que é necessário que
116 pensem na reorganização do sistema através da atenção básica, e para isso precisam de recursos e de
117 investimentos. Lotário diz que os hospitais nunca vão fazer saúde, pois eles estão lá para atender a
118 doença e tentar solucioná-la, e a saúde se faz pela atenção básica. Ele diz que participou desde a
119 oitava conferência, e que a 11ª ditou de que não fosse mais feita conferência em ano político, ela
120 acha que devem voltar a fazer conferência em ano de política pois todos pensam melhor. Claudio
121 retoma na questão do encaminhamento, e diz que devem dar continuidade ao grupo que criaram ano
122 passado com a secretaria, para discutirem as propostas da conferência, ele sugere que reúnam as
123 mesmas pessoas, e deixa aberto se novas pessoas quiserem participar. Ele diz que os temas de
124 discussão serão o PPA e as influencias da saúde, e que não vão discutir o PPA como um todo, e sim
125 os condicionantes de saúde. Conselheira anônima diz que o tempo é um grande problema, ela diz
126 que alguns conselheiros podem não comparecer em todas as reuniões devido a questões de
127 compromisso, ela sugere que esses conselheiros contribuíssem via e-mail, e diz que o espaço de
128 plenária se contribui muito pouco, que tem muitos diálogos mas sem muita construção, e o objetivo
129 é construção. Sandra Leon diz que esse é um caminho que deve ser tomado, diz que retomando esse
130 grupo, podem ampliar essa discussão do controle social, trazer para a plenária em forma de
131 apresentação para os conselheiros, e que retoma o assunto para as comissões para serem discutidas
132 em comissões e plenárias de uma forma mais construtiva e clara, e que também pode ser feita via e-
133 mail. Claudio diz que disponibilizarão o material e encaminharão para todos. Ana Valls passa para o
134 próximo ponto de pauta, que é a 7ª conferência. Ela apresenta um video de divulgação de meio
135 minuto, simples porém direto, segundo ela muitas pessoas não estão sabendo da conferência. Ela
136 diz que a etapa do documento orientador já foi cumprida, ela diz que o conselho recebeu a notícia
137 de que 140 municípios já realizaram, ou estão realizando suas conferências, e informa que o
138 conselho está mantendo contato com todos os municípios que ainda não informaram sobre suas
139 conferências, ela diz que teve uma conversa com a conselheira Leila, e diz que ela tem uma boa
140 notícia em termos de comunicação, e a chama para informar a plenária, e afirma através dessa
141 notícia que as coisas estão andando. Leila diz que participa do GT de mobilização, e que a forma
142 que encontraram de atuar mais na divulgação, é um pouco participando das reuniões das
143 coordenadorias, e também nas reuniões de contatar as mais diversas entidades de grande rede, e que
144 podem auxiliar nesse caminho. Ela diz que na EMATER, gravou um programa de rádio, para tentar
145 mobilizar os municípios, e que estão divulgando em 50 rádios pelo Estado, e vai ser repetido a cada
146 10 ou 15 dias para divulgar a conferência, ela diz que vai encaminhar por e-mail, os dias e as rádios

147 em que a gravação será divulgada. Claudio diz que fizeram uma plenária extraordinária, para
148 aprovar o documento orientador, e diz que ele já está disponível no site, mas que ainda serão feitas
149 algumas correções em termo de redação, e não de conteúdo. Ele diz que seria importantes que as
150 entidades lessem o documento, e discutissem seu conteúdo. Ele diz que esteve em uma conferência
151 em Ivoti, e diz que eles não trataram de todos os temas da conferência, mas foi discutido o
152 documento orientador, e que boa parte das propostas já foram aprovadas. Ele afirma que se o
153 documento for discutido em todas as conferências, ele vai ser melhorado em termos de qualificação,
154 e ajuda para ter uma boa conferência Estadual. Ele diz que fizeram um seminário nessa semana
155 sobre a questão regionalização, e que segundo ele teve um debate de alta qualidade, que é a
156 proposta da discussão de ter ou não ter um ente regional para gerir a saúde, ele diz que esse debate
157 foi gravado, e vai ser editado e disponível no site do conselho, e diz que a ideia é fazer um outro
158 seminário sobre essa e outras questões. Ele diz que ainda não receberam respostas de alguns
159 municípios sobre quando realizarão suas conferências e outras questões, ele diz que estão
160 organizando junto com a secretaria, de entrar em contato enviando um documento e ligar para eles,
161 para obterem mais informações. Eni diz que sempre se preocuparam muito com os que fazem, e que
162 precisam se preocupar com os que não fazem, e que devem tomar uma atitude para que todos sejam
163 responsáveis. Claudio diz que a ideia é procurar forçar os municípios, mas dentro dos limites para
164 que todos eles façam suas conferências. Ana Valls diz que receberam uma correspondência de
165 Caxias do Sul, de que eles querem fazer sua conferência fora do período da conferência, e diz que
166 as que forem feitas depois desse período não serão aceitas, podem ser realizadas mas não serão
167 aceitas. Aglaé acha que os municípios é que não estão mobilizados, e diz que não está vendo a
168 representação dos municípios, e que nas outras reuniões da conferência, ela não teve a honra de
169 encontrar nenhum representante. Ela acha que comunicar e manter contato com os municípios, é
170 responsabilidade da representação da FAMURS e o COSEMS, e não do conselho, e acha que o
171 Conselho Estadual deve se posicionar formalmente, e propõe que saia dessa plenária uma resolução
172 e entrar em contato. Claudio concorda com a sugestão da Aglaé, e diz que já fizeram isso, e que
173 pretendem fazer de novo. Ele diz que está preocupado com a conferencia Estadual, por que sem
174 conferencias municipais não tem conferencia Estadual, e afirma que entrarão em contato com o
175 COSEMS e a FAMURS, e pedir uma reunião com urgência para tratar do assunto. João de Deus diz
176 que as conferências estão asseguradas por lei, e diz que se as conferências municipais não estão
177 acontecendo, eles tem que cobrar dos gestores. Ele diz que devem mandar uma resolução para os
178 municípios pedindo as datas de suas conferências, por que uma resolução tem poder, e eles serão
179 obrigados a darem uma resposta. Claudio diz que o regimento já diz isso, e que não precisam fazer
180 uma resolução, pois levaria mais tempo. Sandra Leon pede para os conselheiros, e até para os que
181 não são, para que quando chegarem em suas entidades, colocassem em seus sites ou paginas, um
182 link da conferencia, e que todos os documentos importantes podem ser encontrados no site do
183 conselho, e que essa divulgação é importante para a etapa dos municípios. João de Deus concorda
184 com o Claudio, e propõe a cobrar judicialmente dos municípios que não realizarem suas
185 conferências, por que ao não realizarem essas conferências, os municípios estão descumprindo uma
186 lei. Claudio diz que o Conselho Estadual não é um ente que estabelece leis, podem estabelecer
187 regras para os municípios, mas não podem obrigar eles a fazerem uma conferência, que o conselho
188 não tem essa autoridade, e diz que não tem lei que obrigue os municípios de fazerem uma
189 conferência. João de Deus diz que tem que usar a palavra controle social, e diz que se eles não tem
190 essa autoridade, então eles não são um conselho de controle social. Ele diz que vai falar com a
191 FRACAB, e vão fazer o controle que esse conselho não fez, e que a FRACAB esta fazendo
192 parcerias com entidades dentro da saúde, sem fins lucrativos para fazer o controle social. Alexandra
193 diz que tiveram relatos de conselhos de saúde que não entendem que é da sua responsabilidade fazer
194 uma conferência, gestor tendo que convencer mesas de conselhos de saúde, de realizar uma
195 conferência. Ela diz que tem que falar do gestor, da FAMURS e o COSEMS, porém devem olhar
196 para a nossa fragilidade da constituição. Claudio diz que devem trabalhar na questão do
197 convencimento, e que eles não tem ingerência sobre o conselho municipal, assim como o conselho
198 nacional não tem ingerência sobre o controle social Estadual, e que devem atuar dentro das suas

199 competências. Claudio passa para o último ponto de pauta, dos assuntos gerais. Lotário relata que
200 estão acontecendo mortes no interior, e diz que o conselho precisa ajudar a reconstruir os regionais,
201 e que devem fazer com que os conselhos municipais sejam parceiros do Conselho Estadual, e que
202 eles devem se ajudar nesse momento. Rafaeli informa sobre sua atividade em Cruz Alta, enquanto
203 membro da comissão mobilizadora, ele diz que foi de ônibus, e diz que nesse processo de
204 construção da conferência, se torna necessário ter as mínimas condições pra realizar algumas
205 atividades, segundo ele isso não está acontecendo. Ele diz que participou da reunião CIR, com uma
206 agenda de pauta muito extensa, e aproveitou o espaço para falar sobre o processo de realização da
207 conferência, diz que apresentou toda a legislação necessária, e destacou que dos 13 municípios, nos
208 quais os gestores estavam presentes, só dois municípios daquele região estavam se preparando para
209 a conferência, e que os outros 11 ainda estavam no processo de pedir informações, e que depois
210 dessa reunião os municípios começaram a dar andamento em suas conferências. Ele diz que foi mal
211 interpretado pelo secretário no outro ponto de pauta, e diz que sua fala foi de que seria importante
212 que cada uma das entidades tivessem uma noção geral de como está sendo construído o PPA, e não
213 de liberar o PPA como um todo. Claudio diz que o PPA que eles tem que atuar é o da saúde, e que
214 no processo geral do PPA, eles como cidadãos, tem o direito de participar, inclusive de fazer
215 emendas, e que há sim uma possibilidade de participação como cidadão, mas como conselho só
216 devem discutir as questões orçamentarias na parte da saúde. Nada mais havendo a tratar, Claudio
217 Agustin deu por encerrada a reunião, da qual eu, Juan Veiga Rodrigues lavrei a presente ata que,
218 após leitura e aprovação, será assinada pela Mesa Diretora. Porto Alegre, 9 de junho de 2015.

Célia Chaves
Presidente do CES/RS

Claudio Augustin
Vice Presidente do CES/RS

Odil Gonçalves Gomes
Coordenador do CES/RS

Ana Maria Valls Atz
Coordenadora do CES/RS

Paulo Humberto Gomes da Silva
Coordenador do CES/RS

Sônia Pinheiro
Coordenadora do CES/RS

Jairo Francisco Tessari
Coordenador do CES/RS

Aglaé Regina da Silva
Coordenador do CES/RS